

INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO EMPÍRICA SOB A PERSPECTIVA DO VOLUME DE NEGÓCIOS (IDEVN), EM 64 MUNICÍPIOS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA¹

Carlos Roberto Souza Carmo²

Fábio Oliveira do Carmo³

João Bosco Lúcio⁴

Priscila Maria Marques Pereira⁵

Rejane Tonelli⁶

Rogério Dornfeld Escalante⁷

RESUMO

Com objetivo de promover a melhoria das condições socioeconômicas das comunidades e, assim, facilitar o desenvolvimento e a integração de regiões menos desenvolvidas com regiões melhores adaptadas econômica e socialmente, o desenvolvimento regional tem sido objeto de ampla discussão entre políticos, atores sociais, analistas, economistas, acadêmicos, especialistas de diversas áreas, entre outros muitos interessados nessa questão. Nesse sentido, este trabalho buscou realizar a proposição de um indicador de desenvolvimento econômico que pudesse diagnosticar assimetrias de desenvolvimento regional e, ainda, que pudesse ser utilizado como instrumento do processo de diagnóstico de condições favoráveis à implantação de empreendimentos privados nos municípios da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Inicialmente, foi desenvolvido um embasamento teórico a partir das contribuições de autores como Perroux (1977), Barquero (1995; 2001), Schumpeter (1998), Amaral Filho (1996; 2001), Ambrosis (2001), Vargas (2006), Buarque (2008), Luporini e Alves (2010), entre outros. A seguir, a partir do levantamento de dados junto ao IBGE Cidades (IBGE, 2012), buscou-se criar um “Índice

¹ Esta pesquisa foi conduzida com auxílio financeiro (bolsa para professor pesquisador) da CAPES (DEAD-CAPES – Programa Universidade Aberta do Brasil).

² Mestre em Ciências Contábeis pela PUC-SP. Professor do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (FACIC-UFU). Professor do curso de pós-graduação em Auditoria e Perícia e do curso de MBA em Controladoria e Finanças, ambos, da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (FACIC-UFU). Professor do curso de Gestão Pública Municipal da Faculdade de Gestão de Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN-UFU). E-mail: carlosjj2004@hotmail.com.

³ Aluno do curso de pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Faculdade de Gestão de Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN-UFU). E-mail: fabioocarmo@hotmail.com.

⁴ Aluno do curso de pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Faculdade de Gestão de Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN-UFU). E-mail: joaoblucio@yahoo.com.br.

⁵ Aluna do curso de pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Faculdade de Gestão de Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN-UFU). E-mail: priscilampereira@hotmail.com.

⁶ Aluna do curso de pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Faculdade de Gestão de Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN-UFU). E-mail: rejanetonelli@hotmail.com.

⁷ Aluno do curso de pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Faculdade de Gestão de Negócios da Universidade Federal de Uberlândia (FAGEN-UFU). E-mail: rogerioescalante@hotmail.com.

de Desenvolvimento Regional sob a Perspectiva do Volume de Negócios” (IDEVN) mediante a utilização de três taxas básicas: Taxa de Crescimento dos Negócios, Taxa de Crescimento do PIB Municipal, Taxa de Crescimento do Valor Adicionado Bruto (separada por segmento: indústria, agronegócio e serviços). Ao final desse trabalho de investigação científica, foi possível perceber que o IDEVN pôde contribuir para a detecção de assimetrias de desenvolvimento econômico regional, e, ainda, pode vir a se constituir como uma ferramenta de apoio à tomada de decisões relacionadas à gestão do desenvolvimento regional.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento regional; Indicador; Assimetrias.

ABSTRACT

In order to promote the improvement of socioeconomic conditions of communities and thus facilitate the development and integration of less developed regions best suited to regions economically and socially, regional development has been the subject of discussion among politicians, social actors, analysts, economists academics, experts in various fields, among many others interested in this question. Thus, this study attempts to make the proposition an indicator of economic development that could diagnose imbalances in regional development and, furthermore, that could be used as an instrument of the diagnostic process conducive to the establishment of private enterprises in the cities of the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba. Initially, we developed a theoretical framework based on the contributions of authors such as Perroux (1977), Barquero (1995, 2001), Schumpeter (1998), Amaral Filho (1996, 2001), Ambrosis (2001), Vargas (2006), Buarque (2008), Luporini and Alves (2010), among others. Then, based on a survey of data from the IBGE Cidades (IBGE, 2012), we sought to create an “Índice de Desenvolvimento Regional sob a Perspectiva do Volume de Negócios” (IDEVN) by using three basic rates: Rate Business Growth, growth Rate of GDP Municipal growth Rate of Gross Value Added (separated by segment: industry, agribusiness and services). At the end of scientific research work, it was revealed that the IDEVN could contribute to the detection of imbalances in regional economic development, and also may prove to be as a tool to support decision-making related to management of regional development.

KEYWORDS: Regional development; Indicator; Asymmetries.

1 Introdução

A temática envolvendo o desenvolvimento regional tem sido objeto de ampla discussão entre políticos, atores sociais, analistas, economistas, acadêmicos, especialistas de diversas áreas, entre outros muitos interessados nessa questão.

Com objetivo de promover a melhoria das condições socioeconômicas das comunidades e, assim, facilitar o desenvolvimento e a integração de regiões menos

desenvolvidas com regiões melhores adaptadas econômica e socialmente, aqueles debates procuram estabelecer alternativas práticas que possam ser implementadas no âmbito local ou regional.

Devido à abertura econômica, a partir da década de 90, muitas empresas se viram obrigadas a repensar seus modos de produção para atender consumidores cada vez mais exigentes. Com isso, essas entidades passaram a buscar alternativas para suprir de forma satisfatória os seus processos produtivos. Sendo que, em muitas das vezes, alguns empreendedores optaram por se deslocarem dos grandes centros urbanos para outras localidades, proporcionando oportunidades de desenvolvimento para aquelas regiões menos ativas economicamente.

Nesse contexto, nota-se um acelerado movimento de “endogeneização” nos processos e tomada de decisões envolvendo as diversas regiões localizadas no interior do país (AMARAL FILHO, 1996, 2001). Diante dessa realidade, com o intuito de aproveitar e maximizar as especificidades e potencialidades locais, o objetivo dos diversos agentes da economia regional passou a ser o estabelecimento de novos modelos e diretrizes que pudessem garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento regional, e, consequentemente, promover a melhora nos padrões e na qualidade de vida da população (AMARAL FILHO, 1996, 2001).

Neste sentido, o ponto central da questão a ser discutida neste trabalho se concentra em apresentar, discutir e analisar uma das problemáticas mais contundentes quando se trata de desenvolvimento regional, ou seja: sob a perspectiva do volume de negócios, quais determinantes das assimetrias de desenvolvimento regional podem ser percebidas e utilizadas como instrumento do processo de diagnóstico de condições favoráveis à implantação de empreendimentos privados nos municípios da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba?

Assim, na tentativa de diagnosticar assimetrias regionais relacionadas à divisão espacial (territorial), fatores e especificidades locais originadas por níveis individuais de desenvolvimento econômico, a luz de influências empresariais, inicialmente, foi desenvolvido um embasamento teórico a partir das contribuições de autores como Perroux (1977), Barquero (1995; 2001), Schumpeter (1998), Amaral Filho (1996; 2001), Ambrosio (2001), Vargas (2006), Buarque (2008), Luporini e Alves (2010), entre outros.

A seguir, a partir do levantamento de dados junto ao IBGE Cidades (IBGE, 2012), referentes a variáveis econômicas locais do ano de 2008 e 2009, buscou-se criar um

“Índice de Desenvolvimento Regional sob a Perspectiva do Volume de Negócios”, doravante chamado apenas de IDEVN, como meio para se diagnosticar assimetrias de desenvolvimento regional sob a perspectiva de empreendimentos privados nos municípios da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a partir de três taxas básicas: Taxa de Crescimento dos Negócios, Taxa de Crescimento do PIB Municipal, Taxa de Crescimento do Valor Adicionado Bruto por segmento: indústria, agronegócio e serviços.

Na terceira etapa dessa investigação, procurou-se realizar a articulação das variáveis analisadas pelo IDEVN com a plataforma teórica construída acerca dos conhecimentos relativos ao desenvolvimento regional. E, a partir dessa articulação, buscou-se identificar as assimetrias de desenvolvimento regional sob a perspectiva de empreendimentos privados nos municípios escolhidos para compor a amostra dessa pesquisa e, ainda, e apresentar informações que pudessem servir de subsídios aos gestores públicos daqueles municípios.

Assim, ao final de todo o processo de investigação científica elaborou-se o presente artigo, cuja seção dois foi destinada à apresentação da plataforma teórica que subsidiou a elaboração desse estudo. Na seção três, apresenta-se uma breve contextualização sobre o processo de desenvolvimento econômico municipal e a região escolhida como alvo de estudo (Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba). O tópico quatro destina-se a descrição da metodologia utilizada no processo de investigação adotado para esse estudo. A quinta seção desse trabalho foi destinada à análise dos dados. A sexta e última seção traz as considerações finais sobre o trabalho como um todo e, ainda, sobre os respectivos resultados.

2 Plataforma teórica

Nesta parte do trabalho, serão revisadas as principais teorias sobre desenvolvimento regional. Também será analisada a perspectiva neo-schumpeteriana acerca do ambiente de atuação econômica dos agentes econômicos e, finalmente, as políticas orientadas à captação de investimentos realizados por empreendedores do setor privado.

2.1 Principais teorias sobre desenvolvimento regional

As principais teorias do desenvolvimento regional são: Teoria da Base Exportadora, Teoria dos Polos de Crescimento, Teoria dos Meios Inovadores e Teoria Endógena.

Segundo Souza (2002), a Teoria da Base Exportadora foi uma das primeiras teorias do desenvolvimento (crescimento) regional, e tratou o crescimento regional junto à relação do mundo econômico, ou seja, o crescimento global focado no mercado regional, principalmente, quando dirige-se às indústrias.

Já a Teoria de Polos de Crescimento foi desenvolvida por François Perroux no início dos anos 1950, englobando a análise das relações inter-industriais na França, em torno de Paris, e na Alemanha, ao longo do Vale da Ruhr (PERROUX, 1977). Essa teoria baseia-se na ideia de que empresas, vinculadas por relações de insumo-produto, deveriam se concentrar numa mesma localidade como forma de produzir resultados positivos, externa e independente da sua ação direta, ou seja, provenientes do ambiente externo da atuação direta da firma, sendo que, por consequência, promover-se-ia a polarização humana mediante a concentração de trabalhadores, técnicos e capacidade empresarial (BOUDEVILLE, 1972 apud SOUZA, 2005).

Entre os anos 1970 e 1980 ocorreu a busca por novas análises empíricas e teóricas com vistas ao desenvolvimento regional, a fim de conduzir uma nova transformação teórica (PERROUX, 1977). Percebeu-se então que o sucesso nas trajetórias de desenvolvimento de certas regiões ocorria devido às suas capacidades intrínsecas de fabricar novos produtos, adotar novos processos produtivos, bem como configurações organizacionais e instituições inovadoras.

Nesse contexto, segundo Santos (2002), surgia a Teoria dos Meios Inovadores, cujos principais componentes seriam: tem como elementos: (a) o componente espacial (externalidades, proximidades e custos de transportes); (b) conjunto de atores conscientes da realidade econômica-social; (c) elementos materiais envolvendo empresas, infraestruturas, normas, valores, fluxo de informações, instituições e a sociedade civil; (d) a lógica de interação (promovendo dinâmicas locais); e (e) uma lógica de aprendizagem, produzindo conhecimentos e redefinindo comportamentos.

A Teoria Endógena surgiu na década de 1980, a partir da análise do crescimento de regiões industriais devido à sua dinâmica interna. Segundo Buarque (2008), foi um processo de crescimento econômico focado na contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, assim como a capacidade de absorção da região e/ou a atração do excedente econômico de outras regiões. Este processo teve como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local/regional.

Nessa teoria, a característica marcante foi a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais. Essa abordagem acerca do desenvolvimento regional pode ser definida como desenvolvimento realizado de baixo para cima, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local, no lugar de um modelo de desenvolvimento de cima para baixo, isto é, partindo do planejamento e intervenção conduzidos pelo Estado nacional (AMARAL FILHO, 1996).

Barquero (1995) distingue duas dimensões no desenvolvimento regional endógeno. A primeira, sob a perspectiva econômica, consiste na capacidade que a sociedade empresarial local possui para organizar, da forma mais produtora possível, os fatores produtivos da região. A segunda dimensão, avaliada sob a perspectiva sociocultural, diz respeito aos valores e as instituições sociais locais como meio para o desenvolvimento da região.

Por fim, com relação à Teoria do Crescimento Endógeno, Amaral Filho (1996) destaca que a forma e a composição desse tipo de desenvolvimento tende a variar de região para região e depende das estruturas socioeconômicas e culturais, institucionais e político-decisórias prevalentes nos respectivos espaços.

2.2 Perspectiva neo-schumpeteriana acerca do ambiente de atuação econômica dos agentes econômicos

No final da década de 70, os economistas neo-schumpeterianos começaram a propagar uma comparação entre a biologia e a economia, como forma de auxiliar o entendimento da perspectiva evolutiva do desenvolvimento capitalista e também das mudanças tecnológicas. Nessa perspectiva, a tecnologia é representada como um modelo de produção que combina fatores de produção ou insumos com os níveis de produção alcançados. Tendo como base os trabalhos de Schumpeter, a perspectiva neo-schumpeteriana se contrasta com as representações neoclássicas da tecnologia e oferece uma análise que possui a dinâmica tecnológica como motor do desenvolvimento das economias capitalistas (POSSAS, 1989).

De acordo com o pensamento de Boulding (1981), a visão neo-schumpeteriana teve influência significativa da teoria evolucionista e das Ciências Biológicas. Do mesmo modo que a Biologia fala sobre a teoria da evolução das espécies, a visão neo-schumpeteriana procurou, ao longo das duas últimas décadas, desenvolver uma teoria de mudança semelhante em Economia.

Existem três conceitos principais sobre a perspectiva schumpeteriana, que regem o comportamento dos agentes econômicos: os (a) elementos de permanência ou hereditariedade; (b) um princípio de variações ou mutações; e (c) os mecanismos de seleção (BOULDING, 1981).

Com base na visão neo-schumpeteriana, os elementos de permanência ou hereditariedade, em Economia, desempenham um papel próximo ao que os genes desempenham na Biologia. Tais “genes” são evidenciados através da formulação de rotinas desempenhadas pelos agentes econômicos dentro de uma firma, caracterizando-se como um comportamento básico dos agentes, e em especial das organizações, conforme explicam Nelson e Winter (1982).

Ao corroborar com Nelson e Winter (1982), Dosi (1988) explica que o desempenho das tarefas corriqueiras no interior de uma organização e as soluções potenciais para determinadas problemáticas criam um conjunto de respostas aos problemas frequentes.

Segundo pensamento de Possas (1989), o princípio de variações ou mutações está voltado para as funcionalidades dos sistemas econômicos, que necessita constantemente de inovações em produtos, processos, formas de organização, mercados e fontes de matérias-primas para manter sua movimentação.

Teoricamente, há a existência de um princípio dinâmico que leva à evolução do sistema econômico. Tal princípio pode ser encontrado nos padrões de busca (*search*), localizados na base das inovações. Resumindo, são estes comportamentos de busca que garantem, inicialmente, as transformações. A explicação de tais comportamentos, que se encontram inseridos em um ambiente marcado por uma constante incerteza, muitas vezes surge posteriormente - ou pode, em muitos casos, não aparecer. A inovação somente é permitida através das práticas de busca, e, juntamente com ela, a propriedade de mutação de firmas, indústrias e do próprio sistema econômico como um todo (POSSAS, 1989).

Nelson e Winter (1977) atentam para a existência de determinados mecanismos de seleção, de essência “não tecnológica” e até mesmo “extra-econômica”, que direcionam o progresso técnico. Por estarem inseridos nos ambientes de atuação das organizações, tais fatores influenciam instantaneamente na procura por soluções, que emana dos processos de busca (NELSON; WINTER, 1977).

Para o autor Dosi (1988) é importante salientar que o mecanismo de seleção descrito atua sobre as estratégias desenvolvidas com base nos processos de busca (das quais não depende inteiramente) e possui forte influência, não apenas sobre o padrão

tecnológico que irá surgir, mas também sobre a estruturação do próprio mercado (que também é influenciado). Assim, o processo de seleção desempenha, dentro da abordagem neo-schumpeteriana, a função de mecanismo de troca entre as estratégias das firmas e a estrutura de mercado.

Com base nos conceitos apresentados, os agentes econômicos, pelo fato de serem providos de memória e expectativas e, ainda, capacidade de avaliar aspectos interiores e de dedução, tornam-se capazes de apreciar resultados já ocorridos no processo seletivo ao qual estão submetidos e de se antecipar a seus futuros prolongamentos.

2.3 Políticas orientadas à captação de investimentos realizados por empreendedores do setor privado

Entre as décadas de 1970 e 1980, foram desenvolvidos os primeiros trabalhos empíricos sobre os determinantes do investimento privado no setor público (LUPORINI; ALVES, 2010). Atualmente, existem várias teorias que visam identificar o que é determinante para que haja investimento de empreendedores do setor privado objetivando o desenvolvimento econômico regional, e entre os autores que se destacam estão Melo e Rodrigues Júnior (1998) e Ribeiro e Teixeira (2001).

De acordo com Luporini e Alves (2010), estas teorias combinadas entre si visam identificar e analisar os modelos determinantes do investimento privado, sendo que, entre elas está o modelo acelerador, o neoclássico, o de efeitos da restrição de crédito, o de investimento público e de instabilidade macroeconômica. Os resultados conseguidos destas combinações, “sugerem efeitos positivos da demanda agregada sobre o investimento, relação negativa entre investimento privado e público [...], influência positiva da disponibilidade de crédito e impacto adverso da instabilidade econômica sobre o investimento do setor privado no Brasil” (LUPORINI; ALVES, 2010, p. 449).

Segundo Schumpeter (1998), dois atores são indispensáveis para que o desenvolvimento regional aconteça, ou seja, o empresário, aquele que empreende ou dirige alguma indústria ou empresa, e o fornecedor de capital ao empreendimento, propriamente dito. Assim como Schumpeter destaca o papel do empresário para o desenvolvimento de maneira ampla, pode-se afirmar que este ator também é importante no desenvolvimento regional, Rostow (1978) chama atenção para o papel do Estado, a quem cabe implementar políticas públicas com o objetivo de alavancar o desenvolvimento da região (RAMBO; FILIPPI, 2009).

Souza (2005, p. 108), afirma que “a teoria dos pólos de crescimento, derivada da noção marshalliana de complexos industriais [...], apresenta semelhanças com a teoria schumpeteriana de desenvolvimento econômico [...]”, pois:

A polarização setorial e territorial aparece como uma tendência natural no crescimento econômico das regiões e países, gerando concentração da renda e da riqueza. Paralelamente a isso, as políticas públicas têm seguido essa tendência concentradora, com o propósito de maximizar os efeitos de encadeamento do crescimento das atividades motrizes e a taxa do crescimento econômico da economia como um todo. (SOUZA, 2005, p. 108)

Ainda com relação à afirmação de Souza (2005), cabe destacar que, apesar não constituírem-se em abordagens idênticas, observa-se que a teoria de desenvolvimento regional tem pontos de contato com a teoria schumpeteriana.

Amaral Filho (1996, p. 40) afirma que existem visões de políticas “distritalistas” (com vistas à “[...] implantação de distritos industriais [...]”) e “tecnopolistas” (“[...] iniciativas de reestruturação ou de estruturação regional baseada na alta tecnologia[...]”), sendo que as duas não são incompatíveis entre si.

Ainda segundo o pensamento de Amaral Filho (1996, p. 55-66), existem três fontes principais voltados para as políticas de desenvolvimento endógeno além das ações de natureza essencialmente fiscal. São elas: (a) reformas do Estado, caracterizadas pela “[...] retomada de decisão local/regional” e pela “[...]a liberação de recursos fiscal-financeiros locais[...]”; (b) “[...]estratégia econômica de mobilização do setor privado por meio da mobilização das poupanças e investimentos públicos e privados, a fim de elevar o nível da formação bruta do capital fixo (FBCF)[...]”; e a “[...]valorização dos novos fatores de produção” (AMARAL FILHO, 1996, p. 55-66). Amaral Filho (1996, p. 55), ainda destaca que esses fatores caracterizam-se por serem “[...] fontes reais de rendimentos crescentes, além de servirem como fontes fornecedoras de fatores de aglomeração.”

Apesar de sugerir aquelas três fontes de políticas voltadas para o desenvolvimento endógeno, Amaral Filho (1996, p. 55) alerta que a utilização dessas fontes como políticas de desenvolvimento não garante o crescimento homogêneo entre regiões e, por este motivo, observa-se que existe a necessidade do governo federal ajustar os desequilíbrios de crescimento que possam existir, e auxiliar na organização destas políticas em termos estaduais.

3 O processo de desenvolvimento econômico municipal e o contexto em que foi desenvolvida a pesquisa

Acerca da divisão territorial em níveis regionais, Ambrosis (2001) afirma que as microrregiões referem-se a uma região ou localidade que compreende municípios com características similares em termos de polarização populacional, necessidades e potencialidades, capazes de distingui-la de outras regiões. Sendo que, esta delimitação espacial serve ainda de referência no levantamento de dados estatísticos quanto a similaridades e especificidades de âmbito regional, principalmente no que diz respeito ao levantamento de dados econômicos e sociais realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012).

Ainda segundo o IBGE (2012), essa divisão torna-se muito importante na elaboração de políticas públicas e subsidio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais, tributárias, atividades de planejamento, estudos e identificação de estruturas, entre outras formas de aglomerações urbanas e rurais.

De acordo com o IBGE (2012), o Estado de Minas Gerais é dividido em 12 mesorregiões e 66 microrregiões, dentre as quais se encontra a região objeto de estudo dessa investigação. Assim, a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é constituído por 64 municípios subdivididos em sete microrregiões compostas pelas regiões polarizadas em torno dos municípios de Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia, que se destacam pela diversidade econômica, social e cultural, além dos processos produtivos inovadores do seu parque industrial, onde predominam modernas tecnologias de processamento.

Segundo dados apresentados pela Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (2012), a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba possui o terceiro maior PIB (Produto Interno Bruto) do estado de Minas Gerais, ficando atrás somente da mesorregião metropolitana de Belo Horizonte e do sul de minas. Possui o maior PIB *per capita* do estado e uma participação de 10,6% no PIB estadual. Sua população é de aproximadamente 2,2 milhões de habitantes, com base no senso 2010 (IBGE 2012), sendo que as cidades mais populosas e com maiores destaques, são: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas e Araguari, nessa ordem.

Observa-se que, desde a década de 60 e, mais acentuadamente, a partir da década de 90, a sociedade brasileira tem experimentado novas experiências no campo social, estrutural, e econômico, em várias regiões. Isso tem ocorrido devido a diversos fatores,

dentre eles destacam-se as mudanças ocasionadas pela abertura de mercado (neoliberalismo), e a globalização econômica, fatos que geram melhorias para algumas regiões e descontroles para outras (MINAS GERAIS, 2012).

Diante dessa nova situação e com o advento da Constituição de 1988, os municípios passaram a ter maior autonomia e responsabilidades no desenvolvimento local. Isso veio contribuir para que muitas regiões brasileiras se deparassem com situações desafiadoras, por exemplo, as questões relacionadas à estruturação dos municípios, para se desenvolver e para atrair investimentos que possam garantir melhorias aos cidadãos e a sustentabilidade do município (AMARAL FILHO, 2001, p. 39). Esta nova forma de atuação da economia regional ocorre de tal maneira que:

[...] a descentralização administrativa, fiscal e financeira entre as instâncias de governo, bem como, a descentralização produtiva organizacional no setor privado, provocado pelo aumento da concorrência e competitividade do mercado aberto (neoliberal), requer a necessidade de inovação nos arranjos produtivos locais, de modo que se possa promover um processo cíclico de aprendizagem e interação entre os trabalhadores das comunidades envolvidas e, destas com as instituições públicas e privadas. (AMARAL FILHO, 2001, p. 40)

Desta forma, Amaral Filho (2001) entende que a democratização e participação popular na definição das estratégias de desenvolvimento incluem aspectos relacionados à infraestrutura urbana local e regional, o que pode garantir melhor qualidade de vida para os cidadãos. Sendo que, este talvez seja o primeiro passo para dar início a um ambiente propício ao desenvolvimento e melhorias locais.

Além das variáveis apresentadas, cabe a análise e a compreensão de fatores geográficos, espaciais e de organização política administrativa, como; localização próxima aos grandes centros consumidores, de insumos e matérias primas utilizadas nos processos produtivos, logística, tecnologias, infraestrutura, além do estabelecimento de políticas públicas que visam o desenvolvimento e a integração das regiões ou municípios a patamares mais elevados em termos econômicos e de melhorias na qualidade de vida dos cidadãos, constituindo os chamados “Espaços Econômicos” (AMARAL FILHO, 2001).

Assim, para compreender o conceito de espaço econômico faz-se necessário entender o conceito de “Espaço Econômico Abstrato”. Segundo Perroux (1967), o espaço econômico abstrato é resultante de atividades e relações estabelecidas entre seres humanos em um espaço físico (região ou município), com o intuito de garantir a sobrevivência. Ou seja, o que define os espaços econômicos é o fruto das relações humanas caracterizadas

pela amplitude e complexidade que envolve os diversos interesses das pessoas de uma região ou município (PERROUX, 1967).

Nesse sentido, Perroux (1967) ainda afirma que os espaços econômicos são espaços abstratos constituídos por relações de consumo, produção, tributação, investimento, exportação/importação e migração. Diante de tal afirmação, observa-se que o desenvolvimento e a sustentabilidade de uma comunidade, município ou região, depende fundamentalmente de sua capacidade e habilidade em se adequar ou adaptar à dinâmica local, nacional e até mesmo internacional, em virtude da integração dos mercados, fortemente influenciada pela globalização.

Perroux (1967) também destaca que os espaços econômicos podem ser subdivididos de acordo com as relações regionais estabelecidas entre si, ou seja, o (a) espaço econômico como conteúdo de um plano, o (b) espaço econômico como campo de forças e o (c) espaço econômico como conjunto homogêneo.

O espaço como conteúdo de um plano é o espaço geográfico onde se estabelece um planejamento voltado para o desenvolvimento regional com base em políticas envolvendo os atores sociais. Segundo Matus (1996 apud GRANJA, 2010, p. 21), “ator social é uma organização ou agrupamento que, de forma estável ou transitória, tem capacidade de acumular forças, desenvolver interesses e necessidades e atuar produzindo fatos em determinados contextos”. Na região do Triângulo Mineiro, objeto desse estudo, destaca-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as Parcerias Públicas Privadas (PPPs) e os Consórcios Intermunicipais entre municípios da região, que, a partir do planejamento das suas ações, buscam alternativas para minimizar dificuldades que sozinhos demorariam muito mais tempo para serem alcançadas.

O espaço econômico como campo de forças, ou polarizado, é caracterizado pela área de influência de determinado polo sobre as regiões ou municípios circunvizinhos (PERROUX, 1977), sendo que na região do triângulo mineiro, destaca-se num primeiro momento a influência de sete municípios: (a) Uberlândia com seu polo atacadista e o entreposto da zona Franca de Manaus; (b) Uberaba que se destaca pela produção genética de zebuínos, pelo polo moveleiro, e produção de fertilizantes; (c) Araxá que se destaca na mineração e no turismo; (d) Patos de Minas que se destaca como grande produtora de milho e soja; (e) Ituiutaba que tem forte vocação no agronegócio (produção de soja, milho e pecuária de corte e leite); (f) Frutal que se destaca na produção de cana de açúcar e abacaxi; e a cidade de Patrocínio que se destaca na pecuária e agricultura.

O espaço econômico como conjunto homogêneo pode ser definido como invariável em relação ao aspecto econômico de interesse local (PERROUX, 1967). Ou seja, fatores relacionados à renda *per capita*, preço e produção podem ser utilizadas na definição desses espaços. A região estudada possui vários municípios com essa característica, por exemplo, o município de Monte Alegre de Minas e Canápolis que se destacam na produção de abacaxi, produção de milho e soja, ou ainda, em Uberaba e Patos de Minas e produção de álcool e açúcar.

Neste cenário, destaca-se ainda, a importância em estabelecer estratégias em parceria com a população de maneira que estes possam compreender essas estratégias e contribuir para o desenvolvimento local, também conhecido como desenvolvimento endógeno. E segundo Barquero (2001, p.41), trata-se de um “processo de desenvolvimento econômico e de mudanças estruturais no atendimento das necessidades e demandas da população através da participação ativa da própria comunidade envolvida.”

Com isso, observa-se que a análise dos determinantes do desenvolvimento regional contempla as especificidades locais e, portanto, não deve ser baseada em modelos empregados e adaptados de outras regiões. Pois, conforme afirma Milani (2002), o desenvolvimento local e regional requer transformações conscientes da realidade local para que possa contribuir de maneira decisiva na criação de oportunidades locais e de incremento das potencialidades vocacionais de uma região ou município.

4 Metodologia de Pesquisa

As empresas, enquanto sistemas abertos e ao fazerem uso de recursos para produção de bens e/ou serviços, estão inseridas dentro de um ambiente econômico e por isso, ao tomarem suas decisões estratégicas, os administradores levam em consideração fatores relacionados ao produto interno, medidas de produtividade, ambiente mercadológico e infraestrutura social e econômica, entre outros (MONTANA; CHARNOV, 2006).

Nesse contexto, considerando os objetivos propostos para este trabalho e vislumbrando a concepção de um indicador de desenvolvimento econômico relativo ao volume de negócios realizados em cada um dos municípios que compuseram a amostra de pesquisa, o Indicador de Desenvolvimento Econômico relativo ao Volume de Negócios (IDEVN) buscou analisar as condições relacionadas ao desenvolvimento de novos

negócios ou, ainda, a identificação de condições propícias à expansão das empresas já instaladas em determinado ambiente (região).

Para tanto, propõe-se a utilização indicadores que possam fornecer um diagnóstico acerca da dinâmica empresarial do município. Nesse contexto seriam utilizadas as seguintes taxas para composição do IDEVN:

$$\text{Taxa de crescimento dos negócios} = \frac{\text{Variação na quantidade[un] de empresas atuantes(2009 – 2008)}}{\text{Quantidade[un]de empresas atuantes (2008)}} \quad (1)$$

$$\text{Taxa de crescimento do PIB municipal} = \frac{\text{Variação no PIB municipal[R\$](2009 – 2008)}}{\text{PIB municipal[R\$](2008)}} \quad (2)$$

$$\text{Taxa de crescimento do Valor Adic.Bruto[por segmento]} = \frac{\text{Variação no Vlr. [R\$] Adic. Bruto (2009 – 2008)}}{\text{Valor [R\$] Adicionado Bruto (2008)}} \quad (3)$$

A adoção de taxas decimais, conforme proposto pelas Fórmulas 1, 2 e 3, fundamenta-se na necessidade de se mensurar aquelas três perspectivas (taxas) a partir de valores relativos, pois, uma vez que as grandezas individuais referentes a cada um dos 64 municípios integrantes da amostra de pesquisa seriam muito diferentes se considerados os respectivos valores absolutos.

Sob a perspectiva da “taxa de crescimento dos negócios” é avaliado o quanto a quantidade de empreendimentos atuantes em um município evoluiu, comparativamente ao ano base imediatamente anterior, neste caso 2008. Segundo o IBGE (2012), o Cadastro Central de Empresas possui vários dados sobre a atividade econômica do País, reunindo informações cadastrais e econômicas provenientes das pesquisas anuais nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços, e da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

Segundo o IBGE (2012), o Produto Interno Bruto Municipal (PIB), é o valor síntese do resultado da atividade econômica de um município. Ele pode ser encontrado a partir da soma de todo o valor agregado por todos os bens produzidos e serviços prestados dentro do município, independente da origem dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços. Em resumo, o PIB representa a consolidação das contas de produção de todas as atividades produtivas, não incluindo o consumo intermediário absorvido por estas atividades. Assim, na perspectiva da “taxa de crescimento do PIB municipal” avalia-se quanto o Produto Interno Bruto do município evoluiu, presumindo-se, nesse caso, que a

quantidade de empreendimentos e os respectivos volumes de atividade contribuíram para tal evolução.

O Valor Adicionado Bruto corresponde ao valor que as atividades desenvolvidas por cada segmento econômicos acrescentou aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Isto é, é a contribuição prestada por cada segmento econômico para a formação do PIB municipal, o que se traduz em uma boa medida setorial por atividade econômica de uma região (IBGE, 2012). Por isso, na terceira perspectiva, a “taxa de crescimento do valor adicionado bruto por segmento” tem por objetivo capturar qual foi valor adicionado pela atividade agropecuária, industrial e pelos serviços prestados nos municípios integrantes da amostra de pesquisa.

Destaca-se que foram adotados como período base e período de análise os anos de 2008 e 2009, respectivamente, por serem os anos com as informações mais recentes disponíveis na base de dados do IBGE Cidades (2012).

Por se tratar de um estudo de natureza exploratória, optou-se pela apuração do IDEVN geral mediante a simples soma dos valores relativos encontrados por meio de cada uma daquelas taxas que o compõem, conforme descrito pela Fórmula 4, apresentada na sequência.

$$\text{IDEVN} = \text{Tx. de cresc. dos negócios} + \text{Tx. de cresc. do PIB municipal} + \text{Tx. de cresc. do Vlr. Adic. Bruto [Agr. ; Ind. ; Serv.]} \quad (4)$$

Para permitir uma análise do desenvolvimento setorial da economia municipal, em relação ao seu volume de negócios, optou-se pela apuração do IDEVN por segmento. Para isso, foi considerada soma dos valores relativos encontrados por meio da “taxa de crescimento de negócios”, da “taxa de crescimento do PIB” e, ainda, a “taxa de crescimento do valor adicionado bruto por segmento”, conforme demonstrado na Fórmula 5, apresentada adiante.

$$\text{"IDEVN [segmento]} = \text{Tx. de cresc. dos negócios} + \text{Tx. de cresc. do PIB municipal} + \text{Tx. de cresc. do Vlr. Adic. Bruto [segmento]} \quad (5)$$

Dessa forma, considerando a variante do IDEVN geral, cuja composição foi descrita pela Fórmula 4, pode-se realizar uma avaliação setorial a partir do Indicador de Desenvolvimento Econômico relativo ao Volume de Negócios por tipo de atividade econômica (IDEVN[segmento]), ou seja, sob a ótica do agronegócio, da indústria e dos serviços.

Da população formada por todos os municípios mineiros, a amostra de pesquisa será composta pelos 64 municípios integrantes da região do Triângulo Mineiro e Alto

Paranaíba. E, ainda, para composição da base de dados relativos ao cálculo do indicador proposto para esta investigação, sob aquelas três perspectivas já descritas (taxa de crescimento de negócios; taxa de crescimento do PIB; taxa de crescimento do valor adicionado bruto, por segmento), serão utilizadas fontes secundárias diversas conforme descrição apresentada no Quadro 1, a seguir. Sendo que, todas essas informações encontram-se centralizadas, armazenadas e disponíveis no *site* do IBGE Cidades (2012).

Quadro 1 - Descrição das fontes secundárias de dados, por município

Componente do indicador (IDEVN)	Fontes
Taxa de crescimento de negócios	IBGE, Cadastro Central de Empresas 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
Taxa de crescimento do PIB	IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística.
Taxa de crescimento do valor adicionado bruto por segmento	IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística.

Fonte: elaborado pelos autores com base na pesquisa no site do IBGE Cidades (2012).

5 Análise dos dados

A análise dos dados será apresentada a seguir com o apoio de cinco tabelas, sendo que as Tabelas 1 e 2 representam a classificação dos 64 municípios segundo a pontuação no IDEVN, sendo que, foi dividida em dois grupos para melhor apresentação e análise dos dados obtidos (Tabela 1: do 1º ao 32º lugar; Tabela 2: do 33º ao 64º). Já a Tabela 3 apresenta a classificação daqueles municípios, conforme pontuação no segmento do agronegócio; a Tabela 4, no segmento da indústria; e a Tabela 5 a pontuação no segmento de serviços.

A microrregião de Araxá contempla, além da cidade de Araxá, os municípios de Campos Altos, Ibiá, Nova Ponte, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Sacramento, Santa Juliana e Tapira. Já na microrregião de Frutal, os municípios são: Campina Verde; Carneirinho; Comendador Gomes; Fronteira; Frutal; Itapagipe; Iturama; Limeira do Oeste; Pirajuba; Planura e São Francisco de Sales. A microrregião de Ituiutaba abrange as cidades de Cachoeira Dourada; Capinópolis; Gurinhatã; Ipiaçu; Ituiutaba e Santa Vitória. Já a microrregião de Patos de Minas é composta pelos seguintes municípios: Arapuá; Carmo do Paranaíba; Guimarânia; Lagoa Formosa; Matutina; Patos de Minas; Rio Paranaíba; Santa Rosa da Serra; São Gotardo; e Tiros.

A microrregião de Patrocínio engloba os municípios de Abadia dos Dourados, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Irai de Minas, Monte Carmelo, Patrocínio, Romaria e Serra do Salitre. Na microrregião de Uberaba estão

as cidades de Água Comprida, Campo Florido, Conceição das Alagoas; Conquista, Uberaba e Veríssimo. Por fim, a microrregião de Uberlândia, estão localizados os municípios de Araguari, Araporã, Canápolis, Cascalho Rico, Centralina, Indianópolis, Monte Alegre de Minas, Prata, Tupaciguara e Uberlândia.

Tabela 1 – Classificação dos 64 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme pontuação no IDEVN - 1º ao 32º lugar (continua na Tabela 2)

Classificação	Variáveis do IDEVN Municípios ^a	Tx. de cresc. dos negócios	Tx. de cresc. do PIB municipal	Tx. de cresc. do Valor Adic. Bruto-AGRONEG.	Tx. de cresc. do Valor Adic. Bruto-INDÚSTRIA	Tx. de cresc. do Valor Adic. Bruto-SERVIÇOS	IDEVN
1º lugar	Douradoquara	0,6905	0,2420	0,2857	0,2944	0,2249	1,7375
2º lugar	Pirajuba	0,2088	0,3256	0,1931	0,4754	0,3600	1,5629
3º lugar	Santa Vitória	0,1503	0,3036	0,1577	0,3749	0,4160	1,4025
4º lugar	Ituiutaba	0,0466	0,3378	0,1070	0,3196	0,3681	1,1792
5º lugar	Água Comprida	0,0192	0,3316	0,3651	0,0307	0,2818	1,0285
6º lugar	Prata	0,1461	0,1932	0,3950	0,1223	0,1201	0,9768
7º lugar	Estrela do Sul	0,1269	0,2499	0,3356	-0,0487	0,1856	0,8493
8º lugar	Frutal	0,0142	0,1376	0,1868	0,4314	0,0656	0,8356
9º lugar	Guimarânia	0,2321	0,1153	0,1258	0,1618	0,1122	0,7473
10º lugar	Santa Juliana	-0,0105	0,0379	-0,0794	0,7906	0,0008	0,7394
11º lugar	Cachoeira Dourada	0,3182	0,0749	-0,0153	0,1734	0,1489	0,7001
12º lugar	Santa Rosa da Serra	0,5588	0,0122	-0,0203	0,0389	0,0607	0,6503
13º lugar	Comendador Gomes	0,3077	0,2731	0,4838	-0,5872	0,1490	0,6264
14º lugar	Conceição das Alagoas	0,0838	0,1238	0,0379	0,2690	0,1116	0,6261
15º lugar	São Francisco de Sales	0,2098	0,1536	0,2460	-0,0895	0,0893	0,6093
16º lugar	Romaria	0,4426	-0,0924	-0,1475	0,3493	0,0302	0,5822
17º lugar	Canápolis	0,0246	0,1370	0,3731	-0,1101	0,0953	0,5200
18º lugar	Pratinha	0,0943	0,0652	0,0044	0,1549	0,1838	0,5026
19º lugar	Campo Florido	0,0392	0,1005	0,0033	0,1782	0,1741	0,4953
20º lugar	Cruzeiro da Fortaleza	-0,0811	0,1341	0,1561	0,1755	0,1032	0,4878
21º lugar	Uberlândia	0,0893	0,1342	0,0687	0,0885	0,0907	0,4714
22º lugar	Carneirinho	-0,2698	0,1101	0,0309	0,5127	0,0737	0,4576
23º lugar	Campina Verde	0,0700	0,0644	-0,0045	0,2421	0,0804	0,4524
24º lugar	M. Alegre de Minas	-0,0848	0,1127	0,1206	0,1876	0,0991	0,4351
25º lugar	Matutina	0,1647	0,0542	0,0139	0,1313	0,0667	0,4308
26º lugar	Conquista	-0,2148	0,1483	0,2023	0,1456	0,1151	0,3966
27º lugar	Arapuá	-0,0800	0,0992	0,2159	0,0425	0,1072	0,3848
28º lugar	Grupiara	0,0938	0,0340	0,0820	0,1488	0,0016	0,3601
29º lugar	Limeira do Oeste	0,0769	0,0996	0,2192	-0,1667	0,1259	0,3548
30º lugar	Tupaciguara	0,1181	0,0501	0,0680	0,0685	0,0486	0,3532
31º lugar	Iturama	0,0945	0,0511	0,1287	-0,0061	0,0845	0,3526
32º lugar	Patrocínio	-0,0004	0,0898	-0,0981	0,1914	0,1599	0,3426

(a) em ordem decrescente de IDEVN

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Ao analisar a Tabela 1, observa-se que três microrregiões se sobressaíram em relação às outras, com duas cidades cada figurando entre as 10 primeiras colocações, ou

seja, Patrocínio, Ituiutaba e Frutal, cada uma com duas cidades, e somados os IDEVNs alcançaram 2,5868; 2,5817 e 2,3985, respectivamente.

A microrregião de Patrocínio obteve os melhores resultados com Douradoquara (1º lugar) e Estrela do Sul (7º lugar). Segundo Oliveira e Matos (2009), esta microrregião possui características variadas, sem muitas harmonias econômico-sociais, mas, nos últimos anos, vem apresentando um expressivo desenvolvimento, especialmente na agroindústria do café. Apesar desta especialização, a região não apresenta crescimento populacional significativo.

Com o melhor IDEVN do estudo (1,7375), Douradoquara apresentou, como a principal contribuição para este primeiro lugar, a taxa de crescimento dos negócios, que alcançou índice 0,6905, e se destacou como o melhor índice de todas as cidades pesquisadas.

Acerca da pontuação obtida por aquela cidade, observa-se também que os índices de Indústria e Agronegócios ficaram muito próximos, 0,2944 e 0,2857, respectivamente. O menor índice desta cidade foi no segmento de serviços (0,2249).

Já o município de Estrela do Sul obteve IDEVN de 0,8493 e seguiu a tradição do agronegócio forte da microrregião de Patrocínio, uma vez que se pode perceber, como principal evidência para essa afirmação, o índice de 0,3356 para a “taxa de crescimento do valor adicionado bruto no setor de agronegócios”.

Em seguida, a microrregião de Ituiutaba que obteve os melhores resultados com os municípios de Santa Vitória (3º lugar) e a própria Ituiutaba (4º lugar). Segundo Silva (2012), esta microrregião se destaca em Minas Gerais com a diversidade da produção agropecuária, principalmente na produção sucroalcooleira e pela produção de milho e soja. Somente Santa Vitória e Gurinhatã se distinguem por não ter a cana-de-açúcar como a cultura mais produzida, e sim, o milho (IBGE, 2012).

O município de Santa Vitória obteve IDEVN de 1,4025, superior a cidade-polo de Ituiutaba (1,1792). Nota-se que a sua “Taxa de crescimento do Valor Adicionado Bruto no setor de Serviços” (0,4160) foi a melhor taxa dos 64 municípios e a que alavancou o índice final. Entretanto, a sua “taxa de crescimento dos negócios” foi de 0,1503, o que pode ser considerada baixa se comparada com as taxas de crescimento do PIB (0,3036) e do valor adicionado bruto do seu setor industrial (0,3749). Apesar do índice do agronegócio ter sido baixo (0,1577), este município tem no agronegócio (agricultura da cana, milho, pecuária de

corte e leite) uma das suas principais fontes de divisas, além é claro, da prestação de serviços (IBGE, 2012).

Ituiutaba é a melhor colocada das sete cidades polos entre as microrregiões analisadas. A taxa de crescimentos de negócios contribuiu pouco para a formação do IDEVN, somente 0,0466. Apesar de não apresentar um crescimento na quantidade de empresas (taxa de crescimento da quantidade empresas), a cidade apresenta uma taxa de crescimento razoável em relação ao seu PIB (0,3378) e, ainda, um taxa de crescimento apreciável em relação ao valor adicionado bruto dos setores de serviços (0,3681) e indústria (0,3196). O agronegócio alcançou índice de 0,1070, o segundo menor dentre os componentes do seu IDEVN, mesmo sendo considerada uma cidade voltada para o agronegócio.

A microrregião de Frutal aparece na classificação, segundo o IDEVN, com as cidades de Pirajuba (2º lugar) e a própria cidade-polo Frutal (8º lugar). Silva e Soares (2010), afirmam que esta microrregião é impulsionada pela presença do setor sucroalcooleiro, com usinas de açúcar e álcool, que tende a se expandir ainda mais nos próximos anos. Aliado a isso, tem-se o aumento significativo da população (trabalhadores e familiares que migram para a região) o que reflete diretamente na situação sócio-político da microrregião, ou seja, nas condições de vida e de trabalho, no sistema de saúde, entre outros.

O comércio é impulsionado pelas indústrias, pelo agronegócio do abacaxi (terceira maior produtora do país), grãos (em especial soja e milho), cana de açúcar e a pecuária leiteira. A força do setor industrial se concentra nas indústrias do leite e seus derivados, doces, confecções, vestuário, bijuterias, acessórios infantis, produtos alimentícios e produções artesanais (IBGE, 2012).

Pirajuba está na segunda colocação, segundo a classificação do IDEVN (1,5629), e deve esse resultado principalmente ao índice de 0,4754 obtido com base na taxa de crescimento da Indústria no município, seguido dos Serviços com 0,3600. Entretanto, o menor índice observado foi a taxa de crescimento do Agronegócio, portanto, 0,1931.

A cidade-polo Frutal atingiu o IDEVN de 0,8356 e está em segundo lugar entre as cidades-polo. O segmento da Indústria atingiu o melhor índice (0,4314) e a taxa de crescimento de negócios foi o menor com 0,0142. De acordo com Silva e Soares (2010, p. 7), a sua localização aliada à malha rodoviária e ao aeroporto bem estruturado, colaboram logisticamente para o setor industrial, contribuindo diretamente para a expansão do

comércio varejista, e até mesmo, transporte aéreo comercial. O setor de serviços precisa ser ampliado, ou melhor, explorado, já que obteve 0,0656 de índice. Além disso, a localização de Frutal potencializa uma atração para a transformação do município em polo educacional, o que permitirá uma evidente expansão urbana e socioeconômica, não só da cidade como da região.

Com a globalização, observa-se que as relações entre as cidades vêm se tornando cada vez mais complexas, frente a uma nova dinâmica na ocupação territorial. Para Silva e Soares (2010), a influência de cada cidade é em função de seu tamanho e na caracterização de uma rede urbana equilibrada. Assim, conforme Santos (1989 apud SILVA; SOARES, 2010), o desenvolvimento regional é um planejamento territorial tido como estratégico, envolvendo redes de cidades, num elo direto, sem intermediações e assentadas nas hierarquias.

Ainda de acordo com Silva e Soares (2010), a modernização não se realiza da mesma forma em todos os lugares, sendo nas pequenas cidades mais residualmente. Portanto, o que irá nortear as ações dos municípios é o planejamento, primeiro avaliando as potencialidades locais e suas contradições, e depois estabelecendo os novos caminhos, prioridades e estratégias a fim de se alcançar os objetivos definidos.

Diante dos resultados obtidos com as microrregiões de Patrocínio, Ituiutaba e Frutal, observa-se que os municípios possuem um desenvolvimento compatível com a teoria do desenvolvimento endógeno, um crescimento econômico em que há aumento da capacidade de associar o valor da produção e da capacidade de absorção da região e como resultado tem-se a ampliação do emprego, do produto e da renda do local/regional (BUARQUE, 2008). Este desenvolvimento é de baixo para cima, ou seja, partindo das cidades pequenas para as cidades maiores (polos).

De uma forma geral, dentre a maioria das cidades pesquisadas, observa-se que as respectivas taxas de crescimento no volume de negócios foram relativamente baixas, em relação à sua contribuição para formação dos respectivos IDEVN. Essa evidência pode indicar o quanto os gestores municipais precisam melhorar as suas políticas com vistas à atratividade de novos empreendimentos.

Segundo Whitacher (2003, p. 128), “não existe cidade sem centralidade, mas deve-se procurar compreender o conteúdo da centralidade [...] na perspectiva de se entender como ela se realiza no âmbito de diferentes formações sociais.” Esta afirmação pode ser corroborada a partir da observação daquele grupo de cidades que destacou pelo seu

IDEVN geral, nas respectivas microrregiões. Ou seja, dentre àquelas três microrregiões que estão entre as dez primeiras colocações (Patrocínio, Ituiutaba e Frutal), observa-se duas possuem cidades-polos classificadas dentre os dez primeiros municípios com maior IDEVN.

Tabela 2 – Classificação dos 64 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme pontuação no IDEVN- 33º ao 64º lugar (continuação na Tabela 1)

Classificação (continuação)	Variáveis do IDEVN Municípios	Tx. de cresc. dos negócios	Tx. de cresc. do PIB municipal	Tx. de cresc. do Valor Adic. Bruto- AGRONEG.	Tx. de cresc. do Valor Adic. Bruto- INDÚSTRIA	Tx. de cresc. do Valor Adic. Bruto- SERVIÇOS	IDEVN
33º lugar	Coromandel	0,2117	0,0212	0,1143	0,0334	-0,0513	0,3294
34º lugar	Patos de Minas	0,0187	0,0685	0,1182	0,0137	0,0868	0,3060
35º lugar	São Gotardo	-0,0208	0,0854	0,0321	0,0643	0,1161	0,2770
36º lugar	Veríssimo	0,0299	0,0913	0,2007	-0,1799	0,1176	0,2596
37º lugar	Itapagipe	0,0143	0,0303	0,3380	-0,1808	0,0459	0,2478
38º lugar	Rio Paranaíba	0,1845	0,0382	0,0740	-0,0583	0,0056	0,2440
39º lugar	Tiros	-0,0060	0,0517	0,0367	0,0898	0,0709	0,2431
40º lugar	Campos Altos	0,0075	0,0454	0,0404	0,0409	0,0640	0,1983
41º lugar	Perdizes	0,1326	0,0060	-0,0296	-0,0211	0,1026	0,1906
42º lugar	Capinópolis	0,1275	0,0175	0,0220	-0,0518	0,0616	0,1767
43º lugar	Uberaba	0,0551	0,0446	-0,0484	0,0587	0,0652	0,1753
44º lugar	Abadia dos Dourados	0,2542	0,0109	0,0238	-0,1944	0,0655	0,1600
45º lugar	Araguari	0,0303	0,0393	-0,0176	-0,0240	0,1257	0,1537
46º lugar	Carmo do Paranaíba	0,0426	0,0340	-0,0112	-0,0406	0,0804	0,1052
47º lugar	Cascalho Rico	-0,0167	-0,0326	-0,1304	0,1839	0,0307	0,0350
48º lugar	Ipiacú	0,0317	-0,0107	-0,0142	0,0252	-0,0020	0,0300
49º lugar	Ibiá	-0,0074	0,0028	-0,0283	0,0132	0,0449	0,0252
50º lugar	Centralina	0,1746	-0,0456	-0,0653	-0,0691	0,0096	0,0041
51º lugar	Indianópolis	0,3438	-0,1502	-0,0213	-0,2392	0,0449	-0,0221
52º lugar	Sacramento	0,0795	-0,0730	-0,1819	0,0899	0,0260	-0,0595
53º lugar	Nova Ponte	0,0660	-0,0967	0,1089	-0,2215	0,0680	-0,0754
54º lugar	Pedrinópolis	-0,1818	0,0265	0,1115	-0,0181	-0,0316	-0,0935
55º lugar	Serra do Salitre	0,0051	-0,0302	-0,0415	-0,0226	-0,0061	-0,0954
56º lugar	Lagoa Formosa	0,0638	-0,0131	0,0037	-0,1700	0,0074	-0,1081
57º lugar	Irai de Minas	0,0802	-0,0621	-0,0432	-0,0700	-0,0445	-0,1395
58º lugar	Tapira	-0,0886	-0,0930	0,1757	-0,2168	0,0309	-0,1918
59º lugar	Gurinhata	-0,0268	0,0700	0,1686	-0,5207	0,1160	-0,1930
60º lugar	Fronteira	-0,2300	-0,1455	0,1431	-0,1769	0,0638	-0,3455
61º lugar	Araxá	0,0464	-0,1613	0,0760	-0,2291	-0,0901	-0,3582
62º lugar	Planura	-0,0100	-0,1575	0,0220	-0,2261	-0,0872	-0,4587
63º lugar	Monte Carmelo	0,1254	-0,1240	-0,0416	-0,3922	-0,0562	-0,4885
64º lugar	Araporã	0,0412	-0,3340	0,0196	-0,3829	0,0024	-0,6537

(a) em ordem decrescente de IDEVN

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Seguindo a comparação individualizada de cada cidade com as classificações das cidades-polo das microrregiões estudadas, a cidade de Patos de Minas ocupa somente o 34º lugar com o um IDEVN de 0,3060, sendo que, o componente daquele indicador que

mais contribuiu para este resultado foi justamente o que melhor representa a vocação econômica daquele município, ou seja, o agronegócio.

Ainda analisando as cidades-polos e suas respectivas classificações, logo em seguida aparece a cidade de Uberaba com um IDEVN de 0,1753, ocupando a 43ª posição. Sendo que, o principal destaque a ser feito diz respeito ao seu índice negativo (-0,0484) na taxa de crescimento do valor adicionado bruto no segmento do agronegócio. Pois, para um município que tem forte vocação econômica voltada para esse segmento, pode-se afirmar que este número representa uma situação bastante incomoda se comparado ao desempenho apresentado pelas demais cidades-polo, e, pior ainda, se comparado a outros municípios de menor porte.

Por fim, com relação às cidades-polo, destaca-se o município de Araxá com um IDEVN de -0,3582, que aparece na 61ª posição. Sendo que, o componente do IDEVN que apresentou o melhor desempenho foi o referente à taxa de crescimento do valor adicionado bruto no segmento do agronegócio, seguindo também a sua principal vocação econômica.

Uma situação observada, que por sinal deve representar motivo de preocupação e correção nos rumos das políticas e diretrizes dessas cidades, seria o fato de que todos os municípios posicionados do 51º até o 64º apresentaram IDEVN negativo, o que pode representar perdas significativas a essas regiões no que diz respeito à arrecadação, a geração de emprego e renda as populações dessas localidades. A esse respeito, vale também observar que, mesmo apesar de uma parte daqueles municípios apresentarem uma taxa de crescimento na sua quantidade de empreendimentos, o que mais contribuiu os seus baixos IDEVNs foi o fato das respectivas taxas de crescimento dos valores adicionados brutos, por segmento econômico, apresentarem decréscimo, portanto, valores negativos.

Dos anos 2000 em diante, o setor agropecuário de Minas foi se modificando estruturalmente em relação às suas atividades mais importantes (SILVA *et al*, 2005). Conforme observam Silva *et al* (2005), a expansão da economia e da competitividade, bem como o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o agronegócio, compõem o conjunto de fatores que contribuiu para um desenvolvimento tecnológico e gerencial capaz de combater distorções competitivas e desequilíbrios de alocação de recursos.

Dados da Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA, 2009) indicam que, em 2008, o valor exportado pelo agronegócio mineiro atingiu US\$ 5,9 bilhões, respondendo por 8,2% das exportações do agronegócio nacional.

O Estado de Minas Gerais ocupa o 5º lugar no *ranking* dos principais estados exportadores (SEAPA, 2009). As exportações do agronegócio atingiram US\$ 5,8 bilhões, aumentando 17,7% em relação a 2007. Em seis anos o valor aumentou em 192,8%(SEAPA, 2009). O café permanece como principal cadeia produtiva da pauta de exportações do agronegócio mineiro (SEAPA, 2009).

Entre os produtos de maior atividade nas mesorregiões de Minas Gerais, os que mais se destacam estão nas categorias grãos e frutas, e estes são destinados, em sua maioria, ao mercado externo, o que comprova o maior crescimento das taxas de produção para exportação em relação à doméstica. Com base nas regiões, nota-se uma maior variedade no Norte de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, enquanto a Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Mucuri e Oeste de Minas não mostram nenhum produto muito ativo (VILELA; CORREA, 2008).

Tabela 3 – Classificação dos 64 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme pontuação no IDEVN no segmento do agronegócio

Classificação	Municípios	IDEVN (AGRONEGÓCIO)	Classificação (continuação)	Municípios (continuação)	IDEVN (AGRONEGÓCIO)
1º lugar	Douradoquara	1,2181	33º lugar	Capinópolis	0,1670
2º lugar	Comendador Gomes	1,0646	34º lugar	Pratinha	0,1640
3º lugar	Prata	0,7343	35º lugar	M. Alegre de Minas	0,1484
4º lugar	Pirajuba	0,7275	36º lugar	Campo Florido	0,1430
5º lugar	Água Comprida	0,7160	37º lugar	Conquista	0,1359
6º lugar	Estrela do Sul	0,7124	38º lugar	Campina Verde	0,1300
7º lugar	Santa Vitória	0,6115	39º lugar	Perdizes	0,1091
8º lugar	São Francisco de Sales	0,6094	40º lugar	São Gotardo	0,0966
9º lugar	Santa Rosa da Serra	0,5507	41º lugar	Campos Altos	0,0934
10º lugar	Canápolis	0,5347	42º lugar	Tiros	0,0824
11º lugar	Ituiutaba	0,4915	43º lugar	Nova Ponte	0,0782
12º lugar	Guimarânia	0,4733	44º lugar	Carmo do Paranaíba	0,0654
13º lugar	Limeira do Oeste	0,3957	45º lugar	Centralina	0,0636
14º lugar	Itapagipe	0,3827	46º lugar	Lagoa Formosa	0,0545
15º lugar	Cachoeira Dourada	0,3779	47º lugar	Araguari	0,0520
16º lugar	Coromandel	0,3473	48º lugar	Uberaba	0,0514
17º lugar	Frutal	0,3386	49º lugar	Ipiacu	0,0068
18º lugar	Veríssimo	0,3219	50º lugar	Tapira	-0,0059
19º lugar	Rio Paranaíba	0,2967	51º lugar	Patrocínio	-0,0087
20º lugar	Uberlândia	0,2922	52º lugar	Irai de Minas	-0,0250
21º lugar	Abadia dos Dourados	0,2889	53º lugar	Ibiá	-0,0329
22º lugar	Iturama	0,2742	54º lugar	Araxá	-0,0389
23º lugar	Conceição das Alagoas	0,2455	55º lugar	Monte Carmelo	-0,0402
24º lugar	Tupaciguara	0,2361	56º lugar	Pedrinópolis	-0,0438
25º lugar	Arapuá	0,2351	57º lugar	Santa Juliana	-0,0520
26º lugar	Matutina	0,2328	58º lugar	Serra do Salitre	-0,0666
27º lugar	Gurinhata	0,2118	59º lugar	Carneirinho	-0,1288
28º lugar	Grupiara	0,2098	60º lugar	Planura	-0,1455
29º lugar	Cruzeiro da Fortaleza	0,2091	61º lugar	Sacramento	-0,1754
30º lugar	Patos de Minas	0,2054	62º lugar	Cascalho Rico	-0,1796
31º lugar	Romaria	0,2027	63º lugar	Fronteira	-0,2324
32º lugar	Indianópolis	0,1722	64º lugar	Araporã	-0,2731

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa

Nesse contexto, ao analisar Tabela 3, verifica-se que o município de Douradoquara está em 1º lugar no IDEVN do Agronegócio, assim como em todos os demais segmentos, deixando para trás as cidades-polo de Araxá, Frutal, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia. O que explica tal fenômeno é o fato do valor adicionado bruto da agropecuária no município representar 75% do PIB do município e, em relação a 2008, o ano de 2009 apresentou um crescimento de mais de 70% deste valor adicionado. Embora, seja um município pequeno, o mesmo encontra-se em franco crescimento no setor agropecuário e de serviços, que contribuem para a geração de emprego e renda na cidade, que pertence a uma região com elevado potencial no setor agropecuário.

Em segundo lugar aparece o município de Comendador Gomes, que pertence à microrregião de Frutal, que é alavancada pelo setor primário, mais precisamente o agronegócio. O município obteve a mais alta taxa de crescimento do valor adicional bruto no segmento do agronegócio (0,4838).

O município de Prata ocupa a terceira posição do IDEVN do Agronegócio. É a cidade que apresentou a segunda maior taxa de crescimento do valor adicional bruto do agronegócio (0,3950).

Em seguida, na quarta posição está o município de Pirajuba, também pertencente à microrregião de Frutal. O PIB deste município tem uma parcela menor de contribuição do valor adicionado bruto do agronegócio, empatando com indústria e serviços, o que justifica a quarta posição em que se encontra.

Tabela 4 – Classificação dos 64 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme pontuação no IDEVN no segmento da indústria

Classificação	Municípios	IDEVN (INDÚSTRIA)	Classificação (continuação)	Municípios (continuação)	IDEVN (INDÚSTRIA)
1º lugar	Douradoquara	1,2268	33º lugar	São Gotardo	0,1288
2º lugar	Pirajuba	1,0098	34º lugar	Perdizes	0,1176
3º lugar	Santa Vitória	0,8288	35º lugar	Patos de Minas	0,1009
4º lugar	Santa Juliana	0,8180	36º lugar	Sacramento	0,0964
5º lugar	Ituiutaba	0,7040	37º lugar	Campos Altos	0,0939
6º lugar	Romaria	0,6995	38º lugar	Capinópolis	0,0932
7º lugar	Santa Rosa da Serra	0,6099	39º lugar	Conquista	0,0792
8º lugar	Frutal	0,5832	40º lugar	Abadia dos Dourados	0,0707
9º lugar	Cachoeira Dourada	0,5665	41º lugar	Arapuá	0,0617
10º lugar	Guimarânia	0,5093	42º lugar	Centralina	0,0599
11º lugar	Conceição das Alagoas	0,4766	43º lugar	Canápolis	0,0515
12º lugar	Prata	0,4616	44º lugar	Ipiacu	0,0462
13º lugar	Água Comprida	0,3816	45º lugar	Araguari	0,0457
14º lugar	Campina Verde	0,3765	46º lugar	Carmo do Paranaíba	0,0360
15º lugar	Carneirinho	0,3530	47º lugar	Limeira do Oeste	0,0097
16º lugar	Matutina	0,3502	48º lugar	Ibiá	0,0086
17º lugar	Estrela do Sul	0,3280	49º lugar	Comendador Gomes	-0,0063
18º lugar	Campo Florido	0,3179	50º lugar	Indianópolis	-0,0457
19º lugar	Pratinha	0,3144	51º lugar	Serra do Salitre	-0,0477
20º lugar	Uberlândia	0,3120	52º lugar	Irai de Minas	-0,0519
21º lugar	Patrocínio	0,2808	53º lugar	Veríssimo	-0,0587
22º lugar	Grupiara	0,2766	54º lugar	Lagoa Formosa	-0,1192
23º lugar	São Francisco de Sales	0,2739	55º lugar	Itapagipe	-0,1361
24º lugar	Coromandel	0,2663	56º lugar	Pedrinópolis	-0,1734
25º lugar	Tupaciguara	0,2366	57º lugar	Nova Ponte	-0,2523
26º lugar	Cruzeiro da Fortaleza	0,2285	58º lugar	Araxá	-0,3440
27º lugar	M. Alegre de Minas	0,2154	59º lugar	Monte Carmelo	-0,3907
28º lugar	Rio Paranaíba	0,1644	60º lugar	Planura	-0,3936
29º lugar	Uberaba	0,1585	61º lugar	Tapira	-0,3984
30º lugar	Iturama	0,1394	62º lugar	Gurinhata	-0,4776
31º lugar	Tiros	0,1355	63º lugar	Fronteira	-0,5525
32º lugar	Cascalho Rico	0,1347	64º lugar	Araporã	-0,6757

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa

Na Tabela 4 observam-se que quatro microrregiões se destacam nas 10 primeiras colocações no IDEVN do segmento da indústria, sendo a microrregião de Ituiutaba, figurando com 3 cidades, Patrocínio, Frutal e Patos de Minas com 2 cidades cada uma. Somando os IDEVN alcançados, estas obtiveram um total de 2,0993, 1,9263, 1,5930, 1,1192, respectivamente.

Neste segmento, a microrregião de Ituiutaba obteve o primeiro lugar entre as sete microrregiões, diferentemente da pontuação alcançada no IDEVN total (segundo lugar) e da pontuação no segmento do agronegócio, em que pontuou somente com a cidade de Santa Vitória entre as 10 primeiras colocações (ficando em sétimo lugar). Ela é representada nessa Tabela pelos municípios de Santa Vitória (0,8288), a própria cidade-polo de Ituiutaba (0,7040) e Cachoeira Dourada (0,5665).

O município de Santa Vitória ocupa a terceira posição no IDEVN no segmento da Indústria, alcançando R\$ 30.478,00 no valor adicionado bruto da indústria a preços correntes em 2009, portanto, 37,49% de aumento em relação ao ano de 2008 (R\$22.167,00), segundo dados do IBGE (2012). A cidade está em processo de expansão político-econômica, principalmente em função da instalação de algumas indústrias em sua área de influência, como a sucroalcooleira e uma multinacional de plásticos.

Com isso, ocorrem muitas mudanças econômicas e sociais na o município, que precisa contar com a atenção dos gestores, já que há um aumento populacional, tanto de pessoas que retornam à cidade natal quanto de imigrantes de outras regiões em busca de empregos. Apesar de a expansão econômica ser importante para qualquer município, as consequências da migração “resultam em alguns problemas urbanos, como: problemas com habitação popular, saúde, educação para os filhos dos trabalhadores, alteração nos padrões culturais, e de toda a dinâmica social e espacial da cidade.”(ALVES *et al*, 2008, p. 7).

Segundo Alves *et al* (2008), essas mudanças precisam ser analisadas e acompanhadas por uma equipe de gestão urbana a fim de que planeje a cidade de acordo com as expectativas futuras de desenvolvimento e evite a ocorrência de problemas sérios como ocorrem nas cidades médias e grandes cidades. Percebe-se, nesse caso específico que a constituição de um indicador para acompanhamento do desenvolvimento estrutural do município pode ser de grande utilidade para essa finalidade. Tanto é verdade que a aplicação da metodologia proposta nesta pesquisa permitiu realizar as inferências aqui apresentadas.

A cidade-polo Ituiutaba, na classificação do IDEVN Indústria, aparece em 5º lugar, melhor posicionada em relação às outras cidades-polos. Seus estabelecimentos industriais são vinculados ao processamento de alimentos (carne, leite, café e açúcar) e de biocombustível (álcool). Em 2008, o valor adicionado bruto da indústria a preços correntes foi de R\$237.854,00 e em 2009, cresceu 31,96%, atingindo R\$ 313.877,00 (IBGE, 2012).

Cachoeira Dourada está em nono lugar no segmento indústria, e em 2008 obteve somente R\$2.267,00 de valor adicionado bruto da indústria a preços correntes e R\$2.660,00 em 2009, portanto, um aumento pouco significativo para o setor, principalmente, se comparado com o setor de serviços (R\$20.827,00) e agronegócios (R\$16.014,00) em 2009 (IBGE, 2012).

A microrregião de Patrocínio está representada entre as 10 primeiras posições com as cidades de Douradoquara (1,2268) e Romaria (0,6995). O município polo desta região, apesar de apresentar-se melhor colocado na classificação geral do IDEVN, alcançou somente o 21º lugar na classificação do IDEVN no segmento indústria (0,2808). A economia da cidade é voltada para a indústria, como a de cerâmicas, frigoríficos, esquadilhas metálicas, fábricas de ração animal, extração e exportação de água mineral, tecido, armazéns e beneficiamento de café (PATROCINIO, 2012).

A cidade de Douradoquara obteve o melhor índice de classificação IDEVN no segmento indústria (1º lugar), entretanto, o valor adicionado bruto da indústria a preços correntes em 2008 foi de R\$2.439,00, e em 2009 R\$ 3.157,00. Esse aumento em valores absolutos pode não ser tão representativo se compararmos os valores de outras cidades. Contudo, em valores relativos, aqueles valores representam uma evolução de 29,44% (IBGE, 2012).

Romaria ficou em 6º lugar na classificação para o segmento indústria e o seu valor adicionado bruto da indústria a preços correntes, de acordo com o IBGE (2012), em 2008 foi de R\$2.697,00 e em 2009 R\$ 3.639,00, ou seja, 34,93% de aumento.

A microrregião de Frutal está representando com as cidades de Pirajuba (1,0098) e Frutal (0,5832). Pirajuba alcançou o segundo melhor índice no segmento indústria, o seu valor adicionado bruto da indústria a preços correntes em 2008 foi de R\$33.114,00 e em 2009, subiu 47,54%, alcançando R\$48.857,00 (IBGE, 2012).

O município de Frutal ficou em 8º lugar na classificação no segmento indústria, sendo a segunda entre as microrregiões. O seu valor adicionado bruto da indústria a preços correntes em 2008 foi de R\$83.070,00 e em 2009, subiu 43,14%, alcançando R\$118.906,00. Segundo Silva e Soares (2010, p. 7-8), sua localização potencializa o setor industrial, se concentra nas indústrias do leite e seus derivados, doces, confecções, vestuário, bijuterias, acessórios infantis, produtos alimentícios e produções artesanais, o que auxilia, também, na expansão do comércio, já que pessoas da microrregião se deslocam para o comércio local. Além disso, existem usinas de açúcar e álcool que movimentam a cidade e o setor cervejeiro que distribui nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul. O município também se transforma em polo educacional, o que pode lhe proporcionar expansão urbana e sócio-econômica. Consta-se também um significativo crescimento no setor da construção civil como também a aquisição de terrenos para obras públicas, como as políticas habitacionais.

A microrregião de Patos de Minas foi representada na classificação com os municípios de Santa Rosa da Serra (0,6099) e Guimarães (0,5093). A cidade-polo de Patos de Minas obteve o 35º lugar na classificação geral do IDEVN Indústria (0,1009), tem cerca de 442 indústrias e 2.108 estabelecimentos comerciais, participando com 0,38% da arrecadação do ICMS no Estado de Minas Gerais (ocupa o 19º lugar na arrecadação geral do Estado) (PATOS DE MINAS, 2012).

O município de Santa Rosa da Serra obteve o sétimo lugar no segmento indústria, entretanto, em 2008 o seu valor adicionado bruto da indústria a preços correntes foi de R\$1.926,00 e em 2009 teve um aumento de 3,89%, alcançando R\$ 2.001,00.

Já o município de Guimarães ficou em 10º lugar na classificação do segmento, atingindo R\$6.240,00 de valor adicionado bruto da indústria a preços correntes em 2009, um aumento de 16,18% comparado a 2008 (R\$5.371,00).

A cidade-polo de Uberlândia ficou em 20º lugar na classificação geral do IDEVN Indústria (0,3120) e obteve o valor adicionado bruto da indústria em 2008 de R\$3.364.990,00 e em 2009 foi de R\$ 8.900.585,00 (IBGE, 2012). Segundo Lopes e Ramires (2009), o Distrito Industrial é localizado na zona norte da cidade e é composto por indústrias de diversos ramos como atacadistas, armazenamento, transportadoras, indústrias de cigarros, alimentos, produtos químicos, dentre outras.

Segundo Diniz (2002), a microrregião de Uberaba constitui outro polo importante na medida em que possui uma relativa gama de especializações, fortalecendo-se como importante polo químico e calçadista. Merece destaque ainda a indústria moveleira, de alimentos e bebidas. Entretanto, ficou em 29º na classificação do IDEVN no segmento indústria (0,1585).

No município polo de Araxá, que figura no 58º lugar na classificação geral do IDEVN Indústria (-0,3440), a indústria engloba extrativa mineral, transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil.

Salienta-se que do 49º lugar ao 64º lugar os municípios obtiveram pontuações negativas no IDEVN no segmento Indústria, revelando que é um setor da economia que precisa ter mais atenção e incentivo por parte dos gestores públicos a fim de que promova o incremento no setor e promova desenvolvimento nos municípios.

Tabela 5 – Classificação dos 64 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme pontuação no IDEVN no segmento dos serviços

Classificação	Municípios	IDEVN (SERVIÇOS)	Classificação (continuação)	Municípios (continuação)	IDEVN (SERVIÇOS)
1º lugar	Douradoquara	1,1574	33º lugar	Araguari	0,1953
2º lugar	Pirajuba	0,8943	34º lugar	Centralina	0,1746
3º lugar	Santa Vitória	0,8699	35º lugar	Monte Carmelo	0,1254
4º lugar	Ituiutaba	0,7525	36º lugar	Grupiara	0,0938
5º lugar	Comendador Gomes	0,7298	37º lugar	Irai de Minas	0,0802
6º lugar	Água Comprida	0,6327	38º lugar	Sacramento	0,0795
7º lugar	Santa Rosa da Serra	0,6316	39º lugar	Nova Ponte	0,0660
8º lugar	Estrela do Sul	0,5624	40º lugar	Lagoa Formosa	0,0638
9º lugar	Cachoeira Dourada	0,5420	41º lugar	Uberaba	0,0551
10º lugar	Guimarânia	0,4597	42º lugar	Araxá	0,0464
11º lugar	Prata	0,4594	43º lugar	Carmo do Paranaíba	0,0426
12º lugar	São Francisco de Sales	0,4527	44º lugar	Araporã	0,0412
13º lugar	Romaria	0,3805	45º lugar	Ipiaçu	0,0317
14º lugar	Pratinha	0,3433	46º lugar	Patos de Minas	0,0187
15º lugar	Abadia dos Dourados	0,3306	47º lugar	Itapagipe	0,0143
16º lugar	Conceição das Alagoas	0,3192	48º lugar	Serra do Salitre	0,0051
17º lugar	Uberlândia	0,3143	49º lugar	Tiros	-0,0060
18º lugar	Campo Florido	0,3138	50º lugar	Ibiá	-0,0074
19º lugar	Limeira do Oeste	0,3024	51º lugar	Campos Altos	0,0075
20º lugar	Matutina	0,2856	52º lugar	Planura	-0,0100
21º lugar	Canápolis	0,2569	53º lugar	Santa Juliana	-0,0105
22º lugar	Patrocínio	0,2493	54º lugar	Cascalho Rico	-0,0167
23º lugar	Perdizes	0,2413	55º lugar	São Gotardo	-0,0208
24º lugar	Veríssimo	0,2388	56º lugar	Gurinhata	-0,0268
25º lugar	Indianópolis	0,2385	57º lugar	Arapuá	-0,0800
26º lugar	Iturama	0,2300	58º lugar	Cruzeiro da Fortaleza	-0,0811
27º lugar	Rio Paranaíba	0,2283	59º lugar	M. Alegre de Minas	-0,0848
28º lugar	Frutal	0,2174	60º lugar	Tapira	-0,0886
29º lugar	Tupaciguara	0,2167	61º lugar	Pedrinópolis	-0,1818
30º lugar	Campina Verde	0,2148	62º lugar	Conquista	-0,2148
31º lugar	Coromandel	0,2117	63º lugar	Fronteira	-0,2300
32º lugar	Capinópolis	0,2065	64º lugar	Carneirinho	-0,2698

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 5 que as mesmas quatro microrregiões que se destacam nas 10 primeiras colocações no IDEVN do segmento da indústria, também se destacaram no segmento de serviços, ou seja, os município de Ituiutaba, figurando com 3 cidades, Patrocínio, Frutal e Patos de Minas com 2 cidades cada uma. Somando os IDEVN alcançados, estas obtiveram um total de 2,1644, 1,7198, 1,6241, 1,0913, respectivamente.

No Brasil, o IBGE (2012) classifica o setor de serviços em diversos subsectores, os quais estariam distribuídos da seguinte forma; (a) alojamento ou hotelaria; (b) alimentação; (c) transporte; (d) telecomunicações; (e) informática; (f) saúde e serviços sociais; (g) serviços pessoais e domésticos; (h) serviços financeiros; (i) administração pública; (j) seguros e previdência privada; e (e) pesquisa e desenvolvimento.

Neste sentido, Vargas (2009), observa que entre as diversas abordagens sobre serviços, estes normalmente devem ser vistos como facilitadores e até certo ponto

propulsores do desenvolvimento. Assim, faz-se necessário a análise sobre a relevância deste segmento para as economias locais. No entanto, depreende dessa observação o fato de que para que haja efetivamente o desenvolvimento de uma região ou localidade é necessário um conjunto de fatores que vão além da prestação de serviços.

A microrregião de Ituiutaba também obteve, neste segmento, o primeiro lugar entre as sete microrregiões com os municípios de Santa Vitória (0,8699), Ituiutaba (0,7525) e Cachoeira Dourada (0,542).

A cidade de Santa Vitória, conforme já mencionado anteriormente, tem a economia voltada para o setor do agronegócio, entretanto, segundo pensamento dos autores Bessa, Melo e Soares (2011, p. 12), “é o setor terciário que mais contribui para o PIB, o que comprova esse setor como um importante condutor da economia municipal, seguindo uma tendência nacional de concentrar mão de obra e renda no setor de comércio e serviços.” Isso também pode ser evidenciado no valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes em 2008 foi de R\$ 101.603,00 e, em 2009, subiu para R\$ 143.872,00, segundo fontes do IBGE (2012).

O setor de serviços é uma das principais fontes de renda deste município, superior também ao setor agropecuário. “O fato do número de pessoas ocupadas no setor de serviços serem superiores ao setor agropecuário é resultado de um processo de mecanização do setor, bem como a pouca disponibilidade de investimentos no pequeno empreendimento rural.” (BESSA; MELO; SOARES, 2011, p. 13).

Em quarto lugar no ranking dos 64 municípios, aparece a cidade-polo de Ituiutaba, que também possui uma diversidade na produção agropecuária. Porém, se compararmos o valor adicionado bruto a preços correntes é possível inferir que a vocação do município pode estar modificando para a prestação de serviços, uma vez que este valor referente ao setor de serviços cresceu de R\$821.496,00 em 2008 para R\$1.123.874,00 em 2009 (aumento de 36,81% de um ano para outro). Já o valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes em 2009 atingiu somente R\$130.614,00, muito inferior ao de serviços de 2008 e 2009 (IBGE, 2012). Novamente destaca-se a utilidade do IDEVN e seus desdobramentos, pois, ao perceber a alteração da vocação econômica no município, tanto novos empreendedores quanto os seus administradores podem posicionar-se estrategicamente antecipando suas ações em relação a novos negócios na região.

Segundo Nascimento e Melo (2011, p. 397), o município atende também a região por meio de setor terciário e de equipamentos urbanos. Situação que pode estar

contribuindo para a melhora no desempenho das atividades relacionadas a prestação de serviços, e com consequentes impactos nos indicadores na tabela apresentada.

Cachoeira Dourada, nona colocada no IDEVN Serviços, tem sua economia baseada no turismo, que constitui uma das principais fontes de renda do município, uma vez que recebe turistas de diversas regiões. Faz parte da região turística do “Circuito das Águas”, com o principal destino a represa da Usina Hidrelétrica que recebe o nome da cidade. Neste sentido, o desempenho do setor de serviços se justifica, à medida que a cidade se vê diante da oportunidade de atender aos turistas que procuram a região para se divertir. Com isso, o IBGE (2012), o valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes movimentou R\$ 18.128,00, em 2008, e, em 2009, este valor passou para R\$ 20.827,00, o que representa um acréscimo de 14,89%. Na composição do PIB municipal de 2009, o valor adicionado de R\$ 39.501,00, o setor de serviços representa 52,73% do total, ou seja, este segmento é muito importante para o município.

A microrregião de Patrocínio é representada pelos municípios de Douradoquara (1º lugar, 1,1574) e Estrela do Sul (8º lugar, 0,5624).

Nota-se que a cidade de Douradoquara apresenta um índice de desempenho bem superior às demais. O valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes em 2009 foi de R\$10.113,00, superior em 22,49% ao de 2008 (R\$8.256,00), segundo dados do IBGE (2012).

A cidade de Estrela do Sul apesar da distância que a separa da cidade-polo, apresenta uma dinâmica parecida com a de Santa Rosa da Serra, uma vez que tem como ponto forte a agropecuária, seguido pelo setor de serviços. Neste sentido, o setor de agropecuária influencia diretamente no setor de serviços, à medida que requer serviços de assistência técnica, transportes, serviços de análises laboratoriais de solo, crédito e financiamento, seguro ambiental, treinamento de mão de obra, entre outros. Com isso, o município apresentou, conforme dados do IBGE (2012), um PIB municipal valor adicionado de R\$ 128.784,00 em 2009, onde o setor de serviços representa 32,32% do total. Sendo ainda que este apresenta uma variação de 17,24% no ano de 2008 para 2009, saindo de R\$ 35.511,00 em 2008, para R\$41.632,00 do total do ano de 2009.

A microrregião de Frutal aparece em 3º lugar entre as cidades polo com os municípios de Pirajuba (0,8943) e Comentador Gomes (0,7298).

Em Frutal, a sua localização potencializa uma atração para o setor industrial, sobretudo a transformação do município em polo educacional, possibilitará ao município

uma notória expansão urbana, e sócio-econômica. Constata-se também um significativo crescimento no setor da construção civil.

O setor de serviços da cidade de Pirajuba é impulsionado pela sua vocação turística em torno do rio Dourados e a realização de festas regionais como a festa em louvor a Nossa Senhora da Abadia, que atrai turistas de outras regiões. Conforme dados do IBGE (2012), o valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes movimentou R\$ 38.870,00 em 2008, e, em 2009, este valor passou para R\$ 52.862,00, o que representa um acréscimo de 36% nas atividades do setor de serviços.

A cidade de Comendador Gomes, quinta colocada na classificação geral, o setor de serviços representa 25,56% na composição PIB municipal que apresentou um faturamento de R\$ 99.992 no ano de 2009, conforme dados do IBGE (2012).

A microrregião de Patos de Minas aparece em quarto lugar entre as cidades polos, representada pelos municípios de Santa Rosa da Serra (0,6316) e Guimarães (0,4597).

Santa Rosa da Serra, sétima colocada no IDEVN Serviços (TAB. 5), tem como atividades mais importantes, a pecuária, o comércio e a agricultura e fica na camada intermediária de municípios do estado no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social (SANTA ROSA DA SERRA, 2012). No entanto, conforme dados do IBGE (2012), o setor de serviços representa uma importante participação na composição do PIB municipal, que foi de R\$ 33.775 em 2009.

O município de Guimarães ficou em décimo lugar na classificação do segmento de serviços, atingindo R\$ 35.888,00 de valor adicionado bruto da indústria a preços correntes em 2009, um aumento de 11,22% comparado a 2008 (R\$32.267,00).

Quanto aos dez últimos colocados na tabela, todos apresentaram índices abaixo da média. O que não significa que o baixo desempenho apresentado esteja relacionado somente ao setor de serviços. Contudo, cabe a estes municípios o incremento de políticas públicas voltadas para o setor que possam resultar em melhores condições para atrair investimentos e melhorar a qualidade de vida da população envolvida.

Ultimamente, observa-se que o setor de serviços tem proporcionado impactos significativos no desenvolvimento econômico em diversas regiões do Brasil e, segundo Vargas (2009), como consequência deste impacto, destaca-se a relevância dos serviços na manutenção e aumento de oportunidades de emprego e de renda.

Nas cidades tidas como pequenas, em geral, há uma baixa especialização de serviços e de mão de obra, fato este que provoca uma migração (temporária ou

permanente) da população à procura de “acessos a serviços como educação, saúde, comércio, infraestrutura urbana e ainda, opções de lazer e cultura.” (BESSA; MELO; SOARES, 2011, p. 19).

Segundo Silva e Soares (2010, p. 8), “a influência de cada cidade é em função de seu tamanho e, na caracterização de uma rede urbana equilibrada, definindo o desenvolvimento regional”. Portanto, o planejamento regional pode ser caracterizado como estratégico, já que envolve redes de cidades ligadas entre si por um elo direto visando garantir provisão de moradias para atender a demanda da população e, principalmente, condições atraentes para empresas prestadoras de serviços, conforme as características locais e regionais.

Ao analisar os índices apresentados pelo IDEVN, referente às cidades que compõem a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, constata-se a importância deste segmento para o desenvolvimento local e regional. Segundo Vargas (2009), os estudos sobre o setor de serviços tem possibilitado uma reinterpretação do papel destas atividades, permitindo a formulação e o implemento de políticas públicas inovadoras. E com isso, proporcionar novos modelos que garantam a subsistência das comunidades dessas regiões.

Uma análise mais acurada sobre serviços deve levar em consideração, às especificidades e a dinâmica local. Com o intuito de posicionar-se com maior segurança a cerca dos dados e variáveis apresentadas, recorre-se a uma importante definição apresentada por Grönross (1993, p. 38), em que a maioria dos serviços pode ser verificada quatro características básicas, as quais são: a) os serviços são mais ou menos intangíveis; b) os serviços são uma serie de atividades em vez de coisas; c) os serviços são, até certo ponto, produzidos e consumidos simultaneamente; e d) o cliente participa do processo de produção, pelo menos até certo ponto. Portanto, conclui-se ainda, que a dinâmica apresentada no segmento de serviços dos municípios analisados, está diretamente relacionada à teoria do desenvolvimento endógeno e dos Espaços Econômicos, já citados. Principalmente, nas microrregiões de Ituiutaba que possui três municípios entre os dez primeiros, seguido de Patos de Minas, Frutal e Patrocínio, com dois municípios entre os dez primeiros no segmento de serviços.

Barras (1986 apud VARGAS, 2009) foi pioneiro na teoria da inovação em serviços, como ciclo reverso do produto. Com esta teoria, o setor de serviços obtém destaque não apenas nas atividades industriais, mas, sobretudo na composição do valor agregado nas principais economias. Isso vem motivando investigações sobre a variedade das atividades de

serviços e sua inter-relação com os demais setores da atividade econômica, ou seja, ele passa a ser considerado peça-chave, à medida que se qualifica como importante segmento absorvedor dessas tecnologias.

6 Considerações finais

Na evolução das pesquisas sobre o desenvolvimento regional, percebe-se que, por vias metodológicas diferentes, vários pesquisadores atribuíram demasiado peso à história local (condições iniciais e futuras de desenvolvimento) e tentaram “endogeneizar” as fontes de desenvolvimento. Ou seja, atribuiu-se grande importância à ação dos ganhos crescentes, à minimização de custos e à maximização dos lucros, tudo isso, considerando a abundância de matérias primas, o aproveitamento das aptidões locais, a exploração dos mercados, e, conseqüentemente, pressupondo o desenvolvendo das regiões.

A expansão da economia em algumas das cidades da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que se destacam pela diversidade econômica, social e cultural, tem contribuído para o aumento da competitividade dos negócios nos segmentos Indústria, Agronegócio e Serviços, e, conseqüentemente, provoca o desenvolvimento dessas regiões. Ou seja, devido à influência exercida mutuamente entre aquelas cidades e, ainda, devido à modernização e à globalização, as relações entre cidades de uma mesma região tornam-se cada vez mais complexas.

Nesse contexto, a capacidade de atribuir valor à produção não está mais relacionada somente a fatores como capacidade produtiva e renda. Percebe-se que, por exemplo, fatores como a capacidade de absorção de uma cidade pode influenciar diretamente a ampliação do emprego e consumo de uma cidade, ambas de uma mesma região. Essa constatação pôde ser observada nas análises do IDEVN das microrregiões de Patrocínio, Ituiutaba e Frutal. Destaque para o município de Douradoquara, único que apresentou os melhores índices IDEVN das 64 cidades para todos os segmentos.

Sob o prisma do segmento serviços, pode-se concluir que este tem exercido papel determinante no desenvolvimento local na região estudada. Haja vista, ter sido observado um crescimento bastante apreciável nas taxas do PIB municipal na maioria dos municípios estudados, entre os anos de 2008 e 2009, como o ocorrido no município de Ituiutaba. Assim, nota-se ainda, que o município polo de Ituiutaba foi que o melhor se enquadrou as teorias defendidas neste estudo, “a teoria do desenvolvimento endógeno e espaços econômicos”. Pois, a microrregião se destacou com o maior número de municípios entre as

primeiras colocações, nos três segmentos apresentados. O que demonstra o papel ativo desta região dados os aspectos econômicos relacionados à região, já mencionados.

Teoricamente, uma cidade-polo deveria figurar entre as primeiras posições nos rankings. O que não aconteceu com todos os sete municípios da mesorregião, sendo que, somente Ituiutaba, Frutal e Uberlândia conseguiram figurar entre as vinte primeiras colocações nos rankings apresentados. Isso se justifica nas contribuições teóricas dos autores utilizados neste estudo, bem como nas análises, que demonstram disparidades econômicas entre cidade-polo e os municípios que compõem as microrregiões. Uma situação que pode ter contribuído para essa situação está do fato das empresas serem obrigadas a se deslocarem dos grandes centros para outras regiões que ofereçam vantagens competitivas para sobreviver no mercado, pois necessitam estarem cada vez mais próximas dos insumos e os meios que garantam seus processos produtivos.

Evidenciou-se, neste estudo, que dos 64 municípios, quatorze deles obtiveram IDEVN negativo devido ao decréscimo nas taxas do IDEVN por segmento econômico. Observou-se também que, de uma forma geral, as taxas de crescimento no volume de negócios nos anos de 2008 e 2009 foram relativamente baixas dentre a maioria das cidades pesquisadas. Este fato deve ser avaliado e ser motivo de preocupação para os gestores, uma vez que pode evidenciar uma estagnação, acomodação e/ou incapacidade exploratória nos setores do agronegócio, indústria e de serviços, e consequentemente, tal situação pode implicar em perdas na arrecadação, geração de emprego e renda das populações dessas localidades.

Ainda com relação aos quatorze municípios que obtiveram IDEVN negativo, ressalta-se que os municípios que apresentaram índices baixos ou negativos necessitam elaborar e aplicar medidas que possam reverter tal situação, bem como, políticas públicas de desenvolvimento econômico regional ou local, mediante parcerias, planos, programas, consórcios intermunicipais ou regionais. Estas medidas, mesmo que não assegurem um crescimento homogêneo entre àquelas, fazem com que se aumente a competitividade dos negócios nos segmentos econômicos entre esses municípios.

Cabe destacar que a participação do Estado com vistas ao desenvolvimento regional é relevante, já que uma participação ativa indutora pode gerar resultados positivos ao mesclar critérios técnicos e políticos no planejamento de desenvolvimento regional e na polarização (relações econômicas internas mais intensas do que entre as regiões exteriores a elas). Com base nessa concentração, como forma de produzir resultados positivos, se faz

necessário elaborar políticas públicas que sejam capazes de subsidiar à tomada de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais, políticas tributárias e de planejamento. Nesse sentido, a utilização de indicadores com aquele proposto por este estudo pode constituir-se em um meio para direcionar a ação daquelas políticas públicas.

Com relação específica aos desdobramentos do IDEVN, destaca-se que nenhum segmento econômico (Indústria, Agronegócio e Serviços) por si só foi capaz de alavancar o desenvolvimento nas regiões em estudo, pois, de acordo com as teorias apresentadas, estes atuam como facilitadores do desenvolvimento. Portanto, a compreensão da relação de qual segmento seria mais determinante para o desenvolvimento local, torna-se bastante complexa, porém, muito relevante. Sendo que, a metodologia de análise proposta pelo IDEVN e seus desdobramentos por permitir enxergar a interconexão entre os segmentos econômicos estudados, de tal maneira que a melhora de um segmento pode significar a melhora do outro e, conseqüentemente, determinar o desenvolvimento da região ou localidade.

Ainda no contexto deste estudo, verifica-se que a dinâmica entre os diversos segmentos econômicos podem se alternar ao longo do tempo. Nesse sentido, o IDEVN também pôde contribuir para a detecção de tais mudanças. Isso pôde ser evidenciado ao se realizar a análise do município-polo de Ituiutaba, onde o principal segmento passou do Agronegócio para o segmento de Serviços no ano de 2008 para 2009, conforme discutido na análise dos dados.

Por fim, pode-se inferir que os levantamentos, análises e conclusões apresentadas neste trabalho acadêmico podem constituir em uma importante contribuição para o suporte à tomada de decisões relacionadas à gestão do desenvolvimento regional.

Referências

ALVES, P. *et al.* **O planejamento urbano e sua aplicabilidade em pequenas Cidades: o estudo de caso do município de Santa Vitória – MG.** In: 5. Semana Acadêmica e 4. Semana do Servidor da UFU, Uberlândia, 2008. Universidade Federal de Uberlândia. 2008. 5. Semana Acadêmica e 4. Semana do Servidor da UFU, Uberlândia, 2008. Disponível em: <<http://www.icufu.org/anaisufu2008/PDF/SA08-10779.PDF>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

AMBROSIS, C. de. **Experiências de capacitação administrativa para o planejamento a nível local (município).** São Paulo: [s.n.], 2001.

AMARAL FILHO, J. do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n.14, p. 35-74, dez. 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/129/131>>. Acesso: 25 mar. 2012.

_____. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional no local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n. 23, p. 261-286, jun.2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>>. Acesso: 25 mar. 2012.

BARQUERO, A. V. Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. Tradução Ricardo Brinco. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, Ano 16, v. 1, p. 221-241, 1995.

_____. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BESSA, G. A.; MELO, N. A.; SOARES, B. R. As pequenas cidades da microrregião de Ituiutaba (MG): análise das estruturas espaciais, econômicas e socioculturais de Ipiacú e Santa Vitória. **Revista Horizonte Científico**, PROPP/UFU, Uberlândia, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/4097/3048>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

BOULDING, K. E. **Evolutionary economics**. Beverly Hills: Sage, 1981.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

DOSI, G. *Sources, procedures and microeconomic effects of innovation*. **Journal of Economic Literature**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 1120-1171, set./1988.

GRANJA, S. I. B. **Elaboração e avaliação de projetos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC. [Brasília]: CAPES : UAB, 2010. 122 p.

GRÖNROOS, C. **Marketing: gerenciamento e serviços**. Rio de Janeiro: Campus, 1993. IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades@**. Entidade da administração pública federal, com atribuições ligadas às geociências e estatísticas: censos e organizar as informações obtidas, e para outras instituições e o público em geral. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso: 25 mar. 2012.

LUPORINI, V.; ALVES, J. Investimento privado: uma análise empírica para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 449-475, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n3/02.pdf>>. Acesso: 25 mar. 2012.

MELO, G. M.; RODRIGUES JUNIOR., W. **Determinantes do investimento privado no Brasil: 1970-1995**. Brasília: Ipea, 1998. 35 p. (Texto para Discussão, n. 605). Disponível em: <http://ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0605.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2012.

MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). Salvador: Escola de Administração da UFBA, 2002. Disponível em <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

MINAS GERAIS. Desenvolvido pelo Governo de Minas Gerais, 2012. Apresenta dados e serviços para o Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.mg.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. **Administração**. Trad. Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

NASCIMENTO, P. A. G.; MELO, N. A. Ituiutaba (MG): reflexões sobre sua atuação na rede urbana regional a partir dos serviços de saúde e educação. **Geo UERJ**, 2011, v. 2, n. 22, p. 395-421. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/2479/17422>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

NELSON, R.; WINTER, S. *A nevolutionary theory of economic change*. In: **The Belknap**. Press of Harvard University Press: Cambridge, 1982.

_____. *Search of useful theory of innovation*. In: **The Belknap**. Press of Harvard University Press: Cambridge, 1977.

OLIVEIRA, P. S.; MATOS, V. A. Perfil demográfico da microrregião Patrocínio - MG. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 5, n. 2, p. 246-264, mai-ago-2009. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/022009/comunicacao.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

PATOS DE MINAS. Sítio da Prefeitura Municipal de Patos de Minas. Disponível em: <<http://www.patosdeminas.mg.gov.br>>. Acesso em 26 abr. 2012.

PATROCÍNIO. Sítio da Prefeitura Municipal de Patrocínio. Disponível em: <<http://www.patrocinio.mg.gov.br>>. Acesso em 26 abr. 2012.

PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. **Economia regional**, Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

_____. **A economia do século XX**. Trad. José Lebre de Freitas. Lisboa: Herder, 1967. POSSAS, M.. Em direção a um paradigma microdinâmico: a abordagem neo-schumpeteriana. In: AMADEO, E. (org.). **Ensaio sobre Economia Política Moderna**: teoria e história do pensamento econômico. São Paulo: Marco Zero, 1989.

RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re)pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional- G&DR**, Taubaté, v. 5, n. 1, p. 121-148, jan-abr. 2009. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/012009/artigo5.pdf>>. Acesso: 25 mar. 2012.

RIBEIRO, M. B.; TEIXEIRA, J. R. *An econometric analysis of private-sector investment in Brazil*. **Cepal Review**, Brasília, n. 74, p. 153-166, Ago. 2001.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não-comunista. 6. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SANTA ROSA DA SERRA. Sítio da Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra. Disponível em:
<http://www.santarosadaserra.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=43&Itemid=81>. Acesso em: 22 abr. 2012.

SANTOS, D. Teorias de inovação de base territorial. In: COSTA, J. S. **Compêndio de economia regional**, Coimbra (Portugal), APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 2002. p. 285-313.

SANTOS, M. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1989.
SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

SEAPA, SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PECUÁRIA E BASTECIMENTO (SEAPA); SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SEDE). **Panorama do Comércio Exterior do Agronegócio de Minas Gerais 2009**. Disponível em:
<http://www.agricultura.mg.gov.br/panorama_Agro_2009.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2012.

SILVA, H.; et al., R. Dinâmica agropecuária e urbanização: uma análise multivariada para Minas Gerais 1995-2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33. 2005. Rio Grande do Norte. **Anais...** Rio Grande do Norte, 2005. Disponível em:
<http://www.anpec.org.br/encontro_2005.htm>. Acesso em: 5 abr. 2012.

SILVA, A. R. P. de; SOARES, B. R. A centralidade nas pequenas e médias cidades: uma análise da microrregião de Frutal no Triângulo Mineiro. **Caminhos de geografia, revista online**, Uberlândia, v. 11, n. 36, dez. 2010, p. 01-08. Disponível em:
<<http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=3411&article=1182&mode=pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

SOUZA, N. J. de. Exportações e crescimento econômico do RS: 1951 a 2001. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. esp., 2002. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_1_%20souza.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2012.

_____. Teoria dos polos regiões inteligentes e sistemas regionais de inovações. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005. Disponível em:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/266/215>

VARGAS, E. R. Serviços, inovação e desenvolvimento local. **Revista de Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação**, Porto Alegre, “não paginado”. v. 11, n. 1, jan-abr. 2009. Disponível em:
<<http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/154/129>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

VILELA, P. S.; CORREA, A. C. U. **Fruticultura Mineira em 2008**. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) (Relatório Técnico), 2008.

Disponível em:

<<http://www.faemg.org.br/Content.aspx?Code=14525&fileDownload=True>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

WHITACHER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto**. 2003. 238 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2003.